



# Tapajós Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2025



# TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

## Demonstrações contábeis regulatórias

### Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	9
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO .....	10
Notas Explicativas	
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	11
2. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL.....	13
3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....	13
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS .....	14
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
6. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	16
7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS.....	16
8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	17
9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	19
10. DEBÊNTURES.....	20
11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS .....	22
12. DIVIDENDOS DECLARADOS .....	22
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	23
14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	25
15. CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS.....	25
16. PESSOAL E ADMINISTRADORES.....	26
17. RESULTADO FINANCEIRO.....	26
18. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	26
19. PARTES RELACIONADAS.....	27
20. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS.....	28
21. CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO.....	33
22. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO .....	33
23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	33
24. SEGUROS .....	34

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos  
Acionistas e Diretores da  
Tapajós Transmissora de Energia S.A.  
(Antiga razão social Equatorial transmissora SPE 8 S.A.)  
Rio de Janeiro - RJ

### Opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Tapajós Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tapajós Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Tapajós Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações contábeis societárias

A Tapajós Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, datado de 12 de março de 2026.

### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 30 de abril de 2025, sem modificação.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2026.

# TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ 27.967.244/0001-02

## Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.330	37.445
Investimentos temporários	6	50.996	87.678
Concessionárias e permissionárias	7	30.455	23.671
Tributos compensáveis		10.688	11.281
Serviços em curso		2.526	3.053
Despesas pagas antecipadamente		-	82
Outros ativos circulantes		1.204	1.562
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>113.199</b>	<b>164.772</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos compensáveis		-	18
Imobilizado	8	787.661	814.296
Intangível	8	25.376	27.789
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>813.037</b>	<b>842.103</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>926.236</b>	<b>1.006.875</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		1.428	5.697
Obrigações sociais e trabalhistas		319	523
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	41.653	40.030
Dividendos declarados	12	3.708	4.227
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		6.419	-
Tributos a recolher		2.030	8.105
Encargos setoriais		3.246	2.630
Outros passivos circulantes		8.197	7.945
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>67.000</b>	<b>69.157</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	593.086	607.069
Tributos a recolher		-	333
Tributos diferidos		49	49
Outros passivos não circulantes		182	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>593.317</b>	<b>607.451</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		171.171	171.171
Reserva de incentivos fiscais		98.952	77.250
Reserva legal		34.233	29.334
Reserva de Lucros a Realizar		448.454	117.271
Dividendos adicionais propostos		-	115.290
Reserva de Investimentos e Expansão		136.937	136.067
Proventos excedentes da contabilidade societária		(623.828)	(316.116)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	13	<b>265.919</b>	<b>330.267</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>926.236</b>	<b>1.006.875</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
CNPJ 27.967.244/0001-02  
Demonstrações do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

<u>Operações em continuidade</u>	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita / Ingresso			
Transmissão de energia		201.433	205.635
Outras receitas		(223)	-
		<u>201.210</u>	<u>205.635</u>
Tributos			
PIS-PASEP		(3.275)	(3.621)
Cofins		(14.260)	(16.677)
		<u>(17.535)</u>	<u>(20.298)</u>
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.820)	(1.986)
Taxa de fiscalização		(758)	(656)
		<u>(2.578)</u>	<u>(2.642)</u>
Receita líquida	14	<u>181.097</u>	<u>182.695</u>
Resultado antes dos custos gerenciáveis		<u>181.097</u>	<u>182.695</u>
Pessoal e administradores		(6.997)	(6.609)
Material		(865)	(387)
Serviços de Terceiros		(8.461)	(8.458)
Arrendamentos e aluguéis		(158)	(23)
Depreciação e amortização		(29.812)	(30.030)
Outros		(4.089)	(398)
Custos e despesas	15	<u>(50.382)</u>	<u>(45.915)</u>
Resultado da atividade		<u>130.715</u>	<u>136.780</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		16.266	11.968
Despesas financeiras		(51.856)	(55.171)
	17	<u>(35.590)</u>	<u>(43.203)</u>
Resultado antes do impostos sobre o lucro		<u>95.125</u>	<u>93.577</u>
Despesas com impostos sobre o lucro			
Imposto de renda e contribuição Social		(27.177)	(26.974)
Incentivos fiscais		21.702	21.555
	18	<u>(5.475)</u>	<u>(5.419)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>89.650</u>	<u>88.158</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias.

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
CNPJ 27.967.244/0001-02  
Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	89.650	88.158
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
Total resultados abrangentes	89.650	88.158

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
 CNPJ 27.967.244/0001-02  
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimento e expansão	Proposta para distribuição de dividendos adicionais	Proventos excedentes da contabilidade societária	Total da reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>171.171</u>	<u>55.695</u>	<u>23.205</u>	<u>120.333</u>	<u>136.067</u>	<u>27.772</u>	<u>(261.300)</u>	<u>101.772</u>	-	<u>272.943</u>
Dividendos adicionais de 2023 distribuídos		-	-	-	-	-	(27.772)	-	(27.772)	-	(27.772)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	88.158	88.158
Destinação do lucro:											
Constituição de reserva de incentivo fiscal	13.2	-	21.555	-	-	-	-	-	21.555	(21.555)	-
Constituição de reserva legal	13.2	-	-	6.129	-	-	-	-	6.129	(6.129)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	12	-	-	-	-	-	-	1.165	1.165	(1.165)	-
Constituição de dividendos adicionais propostos	12	-	-	-	-	-	115.290	-	115.290	(115.290)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	13.2	-	-	-	(3.062)	-	-	-	(3.062)	-	(3.062)
Proventos excedentes da contabilidade societária	13.2	-	-	-	-	-	-	-	(55.981)	55.981	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>171.171</u>	<u>77.250</u>	<u>29.334</u>	<u>117.271</u>	<u>136.067</u>	<u>115.290</u>	<u>(316.116)</u>	<u>159.096</u>	-	<u>330.267</u>
Dividendos adicionais de 2024 distribuídos	12	-	-	-	-	-	(115.290)	-	(115.290)	-	(115.290)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	89.650	89.650
Destinação do lucro:											
Constituição de reserva de incentivo fiscal	13.2	-	21.702	-	-	-	-	-	21.702	(21.702)	-
Constituição de reserva legal	13.2	-	-	4.899	-	-	-	-	4.899	(4.899)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	12	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.708)	(3.708)
Constituição de dividendos adicionais propostos	12	-	-	-	(35.000)	-	-	-	(35.000)	-	(35.000)
Constituição de reserva de lucros a realizar	13.2	-	-	-	366.183	-	-	-	366.183	(366.183)	-
Constituição de reserva para investimento e expansão	13.2	-	-	-	-	870	-	-	870	(870)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	13.2	-	-	-	-	-	-	(307.712)	(307.712)	307.712	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>171.171</u>	<u>98.952</u>	<u>34.233</u>	<u>448.454</u>	<u>136.937</u>	-	<u>(623.828)</u>	<u>94.748</u>	-	<u>265.919</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
CNPJ 27.967.244/0001-02

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		89.650	88.158
Ajuste para:			
Amortização do imobilizado e intangível		28.877	30.040
Baixas no ativo imobilizado		4.654	628
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas		48.901	51.416
Rendimentos de aplicações financeiras		(12.832)	(11.249)
Imposto de renda e contribuição social (corrente)		5.475	5.419
		<u>164.726</u>	<u>164.412</u>
(Aumento) / Diminuição nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(6.784)	531
Tributos compensáveis		611	(2.315)
Serviços em curso		527	(884)
Despesas pagas antecipadamente		82	-
Outros ativos circulantes		358	(1.719)
Aumento / (Diminuição) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(4.269)	(6)
Tributos a recolher		(988)	(45)
Obrigações sociais e trabalhistas		(523)	373
Imposto de renda e contribuição social a recolher		(903)	-
Encargos setoriais		616	439
Outros passivos		751	4.507
Tributos diferidos		-	3
Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		<u>(10.520)</u>	<u>884</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.573)	(5.857)
Pagamentos de juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	10	(39.398)	(36.930)
Rendimentos de aplicações financeiras		4.024	11.249
		<u>(38.947)</u>	<u>(42.787)</u>
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) gerado nas atividades operacionais		<u>115.186</u>	<u>133.758</u>
Atividades de investimentos			
Aquisições no ativo imobilizado, líquido dos juros capitalizados	8	(4.411)	(5.897)
Aquisições no ativo intangível		-	(20)
Resgate de aplicações financeiras		45.490	(28.923)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>41.079</u>	<u>(34.840)</u>
Atividades de financiamento			
Ingresso de empréstimos e financiamentos		12.722	-
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures		(34.585)	(30.894)
Dividendos pagos	12	(154.517)	(30.747)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>(176.380)</u>	<u>(61.641)</u>
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		<u>(20.115)</u>	<u>37.277</u>
Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes a caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		37.445	167
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		17.330	37.445
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa		<u>(20.115)</u>	<u>37.277</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias

## 1. Contexto operacional

A Tapajós Transmissora de Energia S.A. ("Tapajós Transmissora", "Companhia" ou "Outorgada"), anteriormente denominada Equatorial Transmissora 8 SPE S.A., teve sua razão social alterada em decorrência de troca de controle acionário. Trata-se de uma sociedade de propósito específico, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, constituída em 02 de junho de 2017, controlada pela Verene Transmissão Subholding S.A., anteriormente denominada Equatorial Transmissão S.A., sendo sua controladora final a Verene S.A., domiciliada no Brasil, na Rua do Catete, 359 – Flamengo, Rio de Janeiro. CEP: 22.220-001. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão no estado do Pará, de acordo com Edital do Leilão nº 05/2016 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa – Republicação, consistente na:

- Linha de Transmissão (LT) Xingu - Altamira, em 230<sup>(\*)</sup> kV, circuito 1, circuito simples, com extensão aproximada de 61<sup>(\*)</sup> km, com origem na Subestação Xingu e término na Subestação Altamira;
- Linha de Transmissão (LT) Altamira - Transamazônica, em 230<sup>(\*)</sup> kV, circuito 2, circuito simples, com extensão aproximada de 188<sup>(\*)</sup> km, com origem na Subestação Altamira e término na Subestação Transamazônica e reator não manobrável no terminal da SE Transamazônica;
- Linha de Transmissão (LT) Transamazônica - Tapajós, em 230<sup>(\*)</sup> kV, circuito 1, circuito simples, com extensão aproximada de 187<sup>(\*)</sup> km, com origem na Subestação Transamazônica e término na Subestação Tapajós 2;
- Subestação (SE) Tapajós 2, em 230/138 - 13,8 kV<sup>(\*)</sup> Tapajós - 2 x 150 MVAR<sup>(\*)</sup>;
- Compensador Síncrono de reativos (CS) (-75/+150 MVAR<sup>(\*)</sup>), com transformador elevador e demais equipamentos;
- Compensador Síncrono de reativos (CS) (-55/+110 MVAR<sup>(\*)</sup>) na SE Rurópolis 230<sup>(\*)</sup> kV com transformador elevador e demais equipamentos associados;
- Demais equipamentos de compensação reativa; e
- Conexões de unidades de transformação, entradas de linhas, interligação de barramentos, conexões de reatores, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, suspensão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 09 de novembro 2021, a ANEEL por meio da REA nº 10.861/2021 autorizou a implantação de melhoria na instalação da SE Xingu autorizando a substituição do transformador 500/230/13,8 kV. A obra foi concluída em novembro de 2023, data a partir da qual iniciou-se o recebimento da RAP, que para o ciclo de 2024-2025 é de R\$ 6.889, valor já está contemplado na Resolução Homologatória (REH) 3.348/2024. Ademais, a REH nº 3.481/2025, atualizou a receita da melhoria supracitada para R\$ 7.255, ciclo 2025/2026.

Em 11 de outubro de 2022, a ANEEL por meio do Despacho nº 2.940/2022 autorizou implantação de reforços na instalação de Altamira - Implementação do Sistema Especial de Proteção, contemplando o sistema de telecomunicação com aquisições de painel, equipamento de gerenciamento e supervisão (MUX), equipamentos de segurança (firewalls) para rota B na LT 230 kV Xingu - Altamira C1. O despacho não homologou parcelas adicionais.

A Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Resolução Homologatória (REH) 3.481/2025 estabeleceu para a Companhia, para o ciclo 2025-2026, que teve seu início no mês de julho de 2025, RAP de R\$ 203.761.

(\*) Não auditado.

Contrato de concessão	Prazo	Término do contrato	RAP		Índice de correção IPCA
			2025-2026	2024-2025	
048/2017	30 anos	07/2047	203.761	193.469	

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 5,32% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

### 1.1 Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

O Contrato de Concessão nº 048/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 21 de julho de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 20 de julho de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério exclusivo do Poder Concedente.

Conforme Lei nº 15.190 de 08 de agosto de 2025, em seu Art. 7º- "Quando requerida a renovação da licença ambiental com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, ficará este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva da autoridade licenciadora". A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 12.780/2021, e apesar da mesma ter vencido em 22 de setembro de 2024, a solicitação de renovação desta licença atendeu o item "Obrigações", constante nesta LO, que ratifica sobre o prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes do término de sua validade, que segundo protocolo nº 001497/2024, constata o atendimento dentro de prazo, garantindo a continuidade das operações da Companhia até a emissão da nova licença.

### 1.2 Reforma tributária

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de dezembro de 2025, data base destas Demonstrações contábeis regulatórias, não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

### 1.3 Alienação do controle acionário

Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações do capital social e mudança de controle da Companhia, entre a Equatorial Transmissão S.A., na qualidade de vendedora, para a Infraestrutura e Energia Brasil S.A. ("IEB"), na qualidade de compradora e subsidiária integral da Verene Energia S.A., essa última controlada pela *La Caisse (Caisse De Dépôt Et Placement Du Québec – CDPQ)*.

Com a conclusão desta transação, a Companhia passou a integrar o Grupo econômico da Verene, através da IEB.

## 2. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME" ou "Poder Concedente"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL" ou "Órgão Regulador").

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

## 3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 20 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma entidade e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Outorgada em 24 de abril de 2026.

#### 4. Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeira societárias emitidas em 12 de março de 2026, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e quanto ao que se estabelece abaixo:

##### 4.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

##### 1.4 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

(a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Outorgada tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

## 4.2 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de formação do intangível.

## 4.3 Receita líquida/Ingresso líquido

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Outorgada tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	<u>67</u>	<u>68</u>
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário (CDBs)	14.470	37.377
Operações compromissadas	2.793	-
Total	<u>17.330</u>	<u>37.445</u>

- (a) Os CDB - Certificados de Depósitos Bancários, e Operações Compromissadas apresentam baixo risco de crédito e de mercado. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem desconto e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa;

Os CDBs são remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com a rentabilidade média ponderada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivalente 100,10% a.a. do CDI (102,97% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

## 6. Investimentos Temporários

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante		
Fundo de Investimento		
Cotas de fundos de investimento (a)	50.996	87.678
Total	<u>50.996</u>	<u>87.678</u>

- (a) Os fundos de investimentos são compostos por diversos ativos financeiros visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, emitidos por instituições financeiras ou companhias de primeira linha, de acordo com a norma de investimento do Fundo.

A carteira da Companhia apresentou rentabilidade atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo que, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 101,69% a.a. do CDI (98,44 % a.a. do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

## 7. Concessionárias e permissionárias

Segue abaixo a composição do contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>2025*</u>	<u>2024</u>
A vencer	20.325	15.649
Saldos vencidos		
90 dias	378	1.341
de 91 a 180 dias	1.060	958
de 181 a 360 dias	764	1.896
acima de 361 dias (a)	7.928	3.827
Total (b)	<u>30.455</u>	<u>23.671</u>

- (a) A Companhia na qualidade de agente integrante do setor de transmissão, atua como intermediária financeira (agente arrecadador) no fluxo dos encargos rescisórios associados aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. O papel da Companhia consiste unicamente na arrecadação dos valores devidos pelos usuários e posterior transferência integral ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não assumindo qualquer obrigação substantiva, risco de crédito, exposição econômica ou direito sobre tais montantes.

Em conformidade com as práticas contábeis vigentes para operações de mera intermediação de recursos de terceiros, os valores são registrados, até seu recebimento, na rubrica de “contas a receber”, no ativo circulante e “Encargos rescisórios – ONS” no passivo circulante, na rubrica de “outras contas a pagar”, em linha com as diretrizes estabelecidas para recebimentos destinados a terceiros, que requer a utilização de contas de trânsito até a efetiva transferência dos valores à entidade centralizadora.

Adicionalmente, conforme previsto no Capítulo II da Resolução Normativa ANEEL nº 1.125, de 27 de maio de 2025, a responsabilidade pela recuperação de valores inadimplidos relativos aos encargos rescisórios é atribuída exclusivamente aos credores (transmissoras) e ao ONS. A norma estabelece que a aferição do “máximo esforço” compreende: (i) inclusão do devedor no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL; (ii) protesto extrajudicial do débito; e (iii) ajuizamento de ação judicial, cuja execução deve ocorrer de forma centralizada pelo ONS, ao qual compete adotar todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

Dessa forma, a Companhia não possui ingerência, responsabilidade operacional, direito de crédito, obrigação de cobrança ou exposição a riscos relacionados aos valores em questão, o que justifica a ausência de reconhecimento de receitas, despesas, ativos ou passivos definitivos referentes aos encargos rescisórios, limitando-se a registrá-los em contas transitórias até o repasse integral ao ONS.

- (b) A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, a Outorgada não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

## 8. Imobilizado e Intangível

### 8.1 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado em serviço					Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão	Valor bruto em 2024	Adição	Baixa	Transfe-rência				
Máquinas e equipamentos	899.331	-	(4.582)	-	894.749	(139.575)	755.174	785.263
Edificações, obras civis e benfeitorias	25.787	-	-	-	25.787	(4.732)	21.055	21.919
Veículos	654	-	-	-	654	(301)	353	446
<b>Subtotal</b>	<b>925.772</b>	<b>-</b>	<b>(4.582)</b>	<b>-</b>	<b>921.190</b>	<b>(144.608)</b>	<b>776.582</b>	<b>807.628</b>
Imobilizado em curso					Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão	Valor bruto em 2024	Adição	Baixa	Transfe-rência				
Edificações, obras civis e benfeitorias	142	-	-	-	142	-	142	142
Máquinas e equipamentos	5.480	4.483	-	-	9.963	-	9.963	5.480
Veículos	974	-	-	-	974	-	974	974
Adiantamentos a fornecedores	72	-	(72)	-	-	-	-	72
<b>Subtotal</b>	<b>6.668</b>	<b>4.483</b>	<b>(72)</b>	<b>-</b>	<b>11.079</b>	<b>-</b>	<b>11.079</b>	<b>6.668</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>932.440</b>	<b>4.483</b>	<b>(4.654)</b>	<b>-</b>	<b>932.269</b>	<b>(144.608)</b>	<b>787.661</b>	<b>814.296</b>

Ativo Imobilizado R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025		2024	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		921.190	(144.608)	776.582	807.628
Custo Histórico	3,19%	921.190	144.608	776.582	807.628
Em Curso					
Transmissão		11.089	-	11.089	6.668
Custo Histórico		11.089	-	11.089	6.668
<b>Total do imobilizado</b>		<b>932.279</b>	<b>(144.608)</b>	<b>787.671</b>	<b>814.296</b>

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de terceiros	Outros Gastos	Total
Máquinas e equipamentos	4.483	-	-	4.483
<b>Total das adições</b>	<b>4.483</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.483</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Equipamentos geral	6,28%
Estrutura geral	2,96%
Condutor de sistema	2,70%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais baixas ao imobilizado em serviço no exercício (organizados pelo critério de valor) foram:

Descrição do bem	Em R\$ mil
1. DISJ TS 3P 550KV SF6 5000A 50KA S/RESIST	919
2. CHAV SEC 3P 245kV 2000A 40ka AV S/L	395
3. CHAV SEC 3P 245kV 2000A 40ka AV S/L	395
4. CHAV SEC 3P 245kV 2000A 40ka AV S/L	395
5. TRAF0 POT CAP 242KV 1150/2000:1 3ENR	255
6. TRAF0 POT CAP 242KV 1150/2000:1 3ENR	255
7. TRAF0 POT CAP 242KV 1150/2000:1 3ENR	255
8. TC P 500KV 4000RM-1 50KA EXT 4E	182
9. TC P 500KV 4000RM-1 50KA EXT 4E	182
10. TC P 500KV 4000RM-1 50KA EXT 4E	182
<b>Total</b>	<b>3.415</b>

## 8.2 Intangível

O ativo intangível é composto, principalmente, por servidões administrativas vinculadas às linhas de transmissão e softwares utilizados nas atividades operacionais e administrativas da Companhia.

As servidões não são amortizadas por possuírem vida útil indefinida, enquanto os softwares são amortizados pelo método linear, considerando vida útil média compatível com a vigência dos contratos e expectativas de uso.

Intangível em serviço	Valor bruto em 2024	Adição	Baixa	Transferência	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão	21.537	-	-	-	21.537	-	21.537	21.537
Servidões	12.028	-	-	-	12.028	(8.491)	3.537	5.938
Softwares	352	-	-	-	352	(99)	253	265
Outros	33.917	-	-	-	33.917	(8.590)	25.327	27.740
<b>Subtotal</b>								
Intangível em curso	Valor bruto em 2024	Adição	Baixa	Transferência	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Administração	-	-	-	10	10	-	10	-
Outros	-	-	-	10	10	-	10	-
<b>Subtotal</b>								
Administração	39	-	-	-	39	-	39	39
Softwares	10	-	-	(10)	-	-	-	10
Outros	49	-	-	(10)	39	-	39	49
<b>Subtotal</b>								
<b>Total do intangível</b>	<b>33.966</b>				<b>33.966</b>	<b>(8.590)</b>	<b>25.376</b>	<b>27.789</b>

## 9. Empréstimos e financiamentos

### (a) Características

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2025		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Brasil	IPCA + 1,62%	Conta Reserva + Recebíveis + Ações	31.758	351.434	383.192
(-) Custo de captação			(205)	(2.418)	(2.623)
Total			<u>31.553</u>	<u>349.016</u>	<u>380.569</u>

  

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	2024		
			Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
Banco do Brasil	IPCA + 1,62%	Conta Reserva + Recebíveis + Ações	33.143	368.907	402.050
(-) Custo de captação			(204)	(2.622)	(2.826)
Total			<u>32.939</u>	<u>366.285</u>	<u>399.224</u>

### (b) Movimentação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	32.939	366.285	399.224
Ingressos – item 8.c	-	12.722	12.722
Encargos	24.710	-	24.710
Transferências	29.991	(29.991)	-
Amortização de principal	(29.286)	-	(29.286)
Pagamentos de juros	(27.004)	-	(27.004)
Custo de captação (i)	203	-	203
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>31.553</u>	<u>349.016</u>	<u>380.569</u>

  

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	31.300	394.458	425.758
Encargos	26.600	-	26.600
Transferências	28.173	(28.173)	-
Amortização de principal	(28.378)	-	(28.378)
Pagamentos de juros	(24.962)	-	(24.962)
Custo de captação (i)	206	-	206
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>32.939</u>	<u>366.285</u>	<u>399.224</u>

(i) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

### (c) Ingressos

Controlada	Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)
TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	Banco do Brasil (FDA)	12.722	fev/25	Semestral	Semestral	Investimento	IPCA + 1,619%



## b. Cronograma de amortização

Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados abaixo:

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	10.100	4%
2027	10.311	4%
2028	12.205	5%
2029	13.878	6%
2030	9.576	4%
Após 2031 até 2039	204.609	80%
Subtotal	250.579	99%
Custo de captação (Não circulante)	(6.509)	(3%)
Não circulante	244.070	96%
Total	254.170	100%

## c. Características das debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantia	Série	Valor da emissão	Custo nominal	Data da emissão	Vencimento	2025		
								Passivo Circulante	Passivo não circulante	Total
1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	1ª	102.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	5.207	128.725	133.932
1ª	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	2ª	87.000	IPCA + 4,85% a.a.	abr/19	abr/39	4.893	115.345	120.238
								10.100	244.070	254.170

- (1) Emissão pública de debêntures simples  
 (2) Emissão privada de debêntures simples  
 (3) Não conversíveis em ações  
 (4) Espécie Quirografária  
 (5) Debêntures Incentivadas  
 (6) Garantia Fidejussória

As debêntures são incentivadas, conforme artigo 2º da Lei nº 12.431/2011, alterada pelo Decreto nº 8.874/2016, com destinação obrigatória de recursos para despesas de projetos enquadrados junto ao MME/ANEEL, relacionados a infraestrutura de transmissão. Todos os recursos captados foram utilizados pela Companhia para esse fim.

## d. Covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

(i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação às demonstrações financeiras societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão S.A., sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação às demonstrações financeiras societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

<i>Covenants</i> debêntures	1ª debêntures
Dívida líquida/EBITDA - Companhia: <= 4,5	3,50
Dívida líquida/EBITDA - Fiadora: <= 5,0	4,19

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

## 11. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025, assim como em 31 de dezembro de 2024, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, e na experiência anterior referente as quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão contábil, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos, em 31 de dezembro de 2025, cuja probabilidade de perda foi classificada como possível é de R\$ 160 (R\$ 202 em 31 de dezembro de 2024), conforme segue:

	2025	2024
Trabalhista	78	74
Cível	82	128
Total	<u>160</u>	<u>202</u>

## 12. Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

De acordo com o parágrafo 6.3.25 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), o valor dos dividendos e da reserva legal deverão ser calculados tomando-se como base o resultado societário.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício (societário)	397.362	144.139
(-) Reserva de incentivos fiscais	(21.702)	(21.555)
(-) Reserva legal	(4.899)	(6.129)
Lucro líquido ajustado	<u>370.761</u>	<u>116.455</u>
Dividendos mínimos:		
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	3.708	1.165
Dividendos adicionais:		
Dividendos distribuídos à conta do saldo da reserva de lucros a realizar	-	3.062
Dividendos adicionais propostos	-	115.290
Total dividendos	<u>3.708</u>	<u>119.517</u>

A movimentação dos dividendos declarados está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.140
Dividendos adicionais de 2023 aprovados para distribuição	<u>27.772</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	1.165
Dividendos distribuídos à conta do saldo da reserva de lucro a realizar	3.062
Pagamento de dividendos no exercício	<u>(31.912)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>4.227</u>
Dividendos adicionais de 2024 aprovados para distribuição – AGO 28.04.2025	115.290
Dividendos intercalares a reserva de reservas de lucros a realizar 2025 – AGE 30.10.2025	35.000
Dividendos mínimos obrigatórios 2025	3.708
Pagamento de dividendos no exercício 2025	<u>(154.517)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u><u>3.708</u></u>

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a parcela do lucro líquido destinada para a constituição da Reserva de Incentivos Fiscais poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte da Companhia.

Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

## 13. Patrimônio líquido

### 13.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 171.171, representado por 171.170.600 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A (controlada indireta da Verene Energia S.A.). Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$ 330.000, sem necessidade de reforma estatutária.

### 13.2 Reserva de lucros

	Nota	2025	2024
Reserva de incentivos fiscais	(i)	98.952	77.250
Reserva legal	(ii)	34.233	29.334
Reserva de lucros a realizar	(iii)	448.454	117.271
Reserva para investimento e expansão	(iv)	136.937	136.067
Reserva de dividendos adicionais propostos	(v)	-	115.290
Proventos excedentes da contabilidade societária	(vi)	<u>(623.828)</u>	<u>(316.116)</u>
Total		<u><u>94.748</u></u>	<u><u>159.096</u></u>

- Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro líquido das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era de R\$ 98.952 (R\$ 77.250 em 31 de dezembro de 2024), a movimentação do exercício de R\$ 21.702 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2025 (R\$ 21.555, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

O montante de benefício fiscal do exercício deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

- (ii) Reserva legal

Como trata o art. 163 da lei 6.404/74, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na reserva legal, que não poderá exceder o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

O valor destinado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 4.899 (R\$ 6.129 em 31 de dezembro de 2024).

- (iii) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela do lucro líquido societário do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essa reserva é utilizada para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada.

A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP:

	2025	2024
Saldo inicial em 1º de janeiro	117.271	120.333
Realização	(35.000)	(3.062)
Constituição	366.183	-
Saldo final em 31 de dezembro	<u>448.454</u>	<u>117.271</u>

- (iv) Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido societário do exercício com a finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucros era de R\$ 136.937 (R\$ 136.067 em 31 de dezembro de 2024). A movimentação refere-se à constituição de R\$ 870 provenientes do lucro líquido do exercício.

- (v) Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos acionistas em assembleia. Em 31 de dezembro de 2025, não houve destinação para reserva de dividendos adicionais propostos (R\$ 115.290 em 31 de dezembro de 2024).

Conforme ata da assembleia geral extraordinária (AGO) de 28 de abril de 2025 foi aprovada a distribuição pagamento de dividendos adicionais aos acionistas da Companhia, proporcionalmente às respectivas participações societárias. Os mesmos, foram pagos em 19 de agosto de 2025.

(vi) Proventos excedentes da contabilidade societária

É constituída em função dos efeitos de PCGA (*Prática Contábeis Geralmente Aceitas*) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados diferentes, todas as diferenças são registradas no grupo em questão.

## 14.Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita / Ingresso		
Transmissão de energia	201.433	205.635
Outras receitas	(223)	-
	<u>201.210</u>	<u>205.635</u>
Tributos		
PIS-PASEP	(3.275)	(3.621)
Cofins	(14.260)	(16.677)
	<u>(17.535)</u>	<u>(20.298)</u>
Encargos - Parcela "A"		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.820)	(1.986)
Taxa de fiscalização	(758)	(656)
	<u>(2.578)</u>	<u>(2.642)</u>
Receita líquida	<u><u>181.097</u></u>	<u><u>182.695</u></u>

## 15.Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Pessoal e administradores	(6.997)	(6.609)
Material	(865)	(387)
Serviços de Terceiros	(8.461)	(8.458)
Arrendamentos e aluguéis	(158)	(23)
Depreciação e amortização	(29.812)	(30.030)
Outros	(4.089)	(398)
	<u>(50.382)</u>	<u>(45.915)</u>
Resultado da atividade	<u><u>130.715</u></u>	<u><u>136.780</u></u>

## 16. Pessoal e Administradores

Segue abaixo a abertura dos grupos de pessoal e de administradores conforme é requerido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE):

Pessoal e Administradores	2025	2024
Pessoal	(6.682)	(5.972)
Remuneração	(4.405)	(4.042)
Encargos	(714)	(770)
Previdência privada - Corrente	(51)	(68)
Participação nos lucros e resultados - PLR	(801)	(802)
Outros benefícios - corrente	(711)	(290)
Administradores	(315)	(637)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(315)	(637)
Total	(6.997)	(6.609)

## 17. Resultado financeiro

	2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	16.856	11.249
Variação monetária da dívida	-	549
PIS/COFINS sobre receita financeira	(866)	(557)
Outras receitas financeiras	276	727
Receitas financeiras	16.266	11.968
Encargos da dívida	(37.940)	(39.444)
Variação monetária da dívida	(10.961)	(12.521)
Outras despesas financeiras	(2.953)	(2.835)
Juros, multas s/ operações de energia	(2)	(371)
Despesas financeiras	(51.856)	(55.171)
Resultado financeiro	(35.590)	(43.203)

## 18. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real às alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% da contribuição social:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	95.125	93.577
Imposto de renda e contribuição social corrente (25% e 9%)	(32.343)	(31.816)
Efeitos fiscais sobre:		
Incentivos fiscais (a)	21.702	21.555
Ativo contratual - CPC 47	5.166	4.842
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(5.475)	(5.419)

(a) A Outorgada obteve em 2020 o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

## 19. Partes relacionadas

A Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
<b>Contas a receber (RAP)*</b>				
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	-	-	126	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	-	-	1.980	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	-	-	64	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	-	-	77	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	-	-	251	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	-	-	19	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	-	-	286	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.803</b>	<b>-</b>
<b>Outras contas a receber*</b>				
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	-	-	41	76
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	-	-	52	86
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	-	-	12	25
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	-	-	15	31
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	-	-	16	37
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	-	-	4	10
Barreiras Transmissora de Energia S.A.	-	134	34	59
Buritirama Transmissora de Energia S.A.	-	129	35	60
Sertão Transmissão Transmissora de Energia S.A.	-	189	46	81
Jaíba Transmissora de Energia S.A.	-	403	81	143
Alto Sertão Transmissora de Energia S.A.	-	144	35	63
Presidente Juscelino Transmissora de Energia S.A.	-	163	38	68
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	-	-	41	51
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.162</b>	<b>450</b>	<b>790</b>
<b>Outras contas a pagar*</b>				
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	-	-	(99)	(401)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	-	-	(52)	(210)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	-	-	(31)	(79)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	-	-	(21)	(67)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	-	-	(94)	(73)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	-	-	(34)	(22)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	-	-	(8)	(28)
Barreiras Transmissora de Energia S.A.	-	(60)	(18)	(67)
Buritirama Transmissora de Energia S.A.	-	(135)	(35)	(22)
Sertão Transmissão Transmissora de Energia S.A.	-	(35)	(16)	(2.631)
Jaíba Transmissora de Energia S.A.	-	(2.247)	(634)	(61)
Alto Sertão Transmissora de Energia S.A.	-	(53)	(49)	(22)
Presidente Juscelino Transmissora de Energia S.A.	-	(35)	(15)	(140)
<b>Controladora direta</b>				
Equatorial Transmissão S.A.	-	(1.729)	(735)	(2.514)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(4.294)</b>	<b>(1.841)</b>	<b>(6.337)</b>
<b>Fornecedores*</b>				
Equatorial Serviços S.A.	-	-	(1.250)	(9)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial ICT	-	-	(438)	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.688)</b>	<b>(9)</b>
<b>Dividendos pagar</b>				
Equatorial Transmissão S.A. (a)	(3.708)	-	(4.227)	-
<b>Total</b>	<b>(3.708)</b>	<b>-</b>	<b>(4.227)</b>	<b>-</b>

As transações entre partes relacionadas demonstradas acima referem-se ao rateio do compartilhamento de infraestrutura de pessoal e serviços, realizado em conformidade com a REN nº 948/2021, bem como com o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos, firmado em 01 de julho de 2025, com anuência da ANEEL em 30.04.2025, por meio do Despacho nº 1.260, de 30 de abril de 2025.

(\*) Os saldos de outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar foram liquidados no exercício de 2025 em virtude da troca de controle acionário da Companhia, fazendo com que as entidades em questão não sejam mais partes relacionadas.

(a) Refere-se os dividendos para distribuição em 31 de dezembro de 2024, conforme explicado na nota explicativa nº 13 – Dividendos a pagar.

### 19.1 Remuneração das pessoas chaves da administração

O pessoal-chave da Administração conta com quatro membros no Conselho da Administração e três membros na Diretoria Executiva, remunerados pela controladora Equatorial Transmissão S.A e compartilhado para as controladas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 315 (R\$ 636 em 31 dezembro de 2024).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

A Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

### 19.2 Garantias

A Verene S.A., controladora indireta da Companhia, e a Equatorial Transmissão S.A., controladora direta, prestam garantias como avalista (s) ou fiadora (s) da Companhia com ônus (\*\*\*) na emissão de debêntures e sem ônus nas apólices de seguros, abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2025 (i)
1ª Emissão de Debêntures	102.000	100	23/05/2019	15/04/2039	102.000	133.932
1ª Emissão de Debêntures	87.000	100	23/05/2019	15/04/2039	87.000	120.238
	<u>189.000</u>				<u>189.000</u>	<u>254.170</u>

(i) Os valores atualizados das debêntures, estão líquidos do custo de captação.

(\*\*\*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

## 20. Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

A Companhia elabora suas demonstrações financeiras societárias em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a regulamentação societária vigente. Para atendimento às exigências específicas do setor, a Companhia também prepara demonstrações contábeis regulatórias de acordo com os critérios definidos pelo Órgão Regulador, nos termos do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Tendo em vista que os normativos societário e regulatório possuem abordagens distintas quanto ao reconhecimento, mensuração e apresentação de determinados ativos, passivos, receitas e despesas, surgem diferenças relevantes entre os dois conjuntos de demonstrações. Assim, a conciliação entre as bases societária e regulatória é apresentada de forma a evidenciar, de maneira transparente e compreensível, os ajustes necessários para converter as informações preparadas segundo as práticas contábeis societárias para aquelas requeridas pelo Órgão Regulador.

As tabelas e descrições a seguir detalham a natureza dos principais ajustes realizados, bem como suas respectivas justificativas, permitindo ao usuário das demonstrações compreender plenamente os impactos decorrentes das diferenças entre os critérios contábeis aplicáveis.

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Caixa e equivalentes de caixa		17.330	-	17.330	37.445	-	37.445
Investimentos temporários		50.996	-	50.996	87.678	-	87.678
Concessionárias e permissionárias		30.455	-	30.455	23.671	-	23.671
Tributos compensáveis		10.688	-	10.688	11.281	-	11.281
Serviços em curso		2.526	-	2.526	3.053	-	3.053
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	82	(82)	-
Ativos de contratos	20.1	-	190.506	190.506	-	166.222	166.222
Outros ativos circulantes		1.204	-	1.204	1.562	154	1.716
Total do ativo circulante		113.199	190.506	303.705	164.772	166.294	331.066
Não circulante							
Tributos compensáveis		-	-	-	18	-	18
Imobilizado	20.2	787.661	(787.661)	-	814.296	(814.296)	-
Intangível	20.3	25.376	(25.122)	254	27.789	(27.523)	266
Ativos de contratos	20.1	-	1.800.232	1.800.232	-	1.334.426	1.334.426
Total do ativo não circulante		813.037	987.449	1.800.486	842.103	492.607	1.334.710
Total do ativo		926.236	1.177.955	2.104.191	1.006.875	658.901	1.665.776
Passivo	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Circulante							
Fornecedores		1.428	-	1.428	5.697	-	5.697
Obrigações sociais e trabalhistas		319	-	319	523	(129)	394
Empréstimos, financiamentos e debêntures		41.653	-	41.653	40.030	-	40.030
Dividendos declarados		3.708	-	3.708	4.227	-	4.227
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		6.419	(964)	5.455	-	-	-
Tributos a recolher		2.030	-	2.030	8.105	(1.074)	7.031
Encargos setoriais		3.246	-	3.246	2.630	-	2.630
PIS e COFINS diferidos	20.4	-	8.700	8.700	-	6.262	6.262
Outros passivos circulantes		8.197	-	8.197	7.945	239	8.184
Total do passivo circulante		67.000	7.736	74.736	69.157	5.298	74.455
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		593.086	-	593.086	607.069	-	607.069
Tributos a recolher		-	-	-	333	-	333
Tributos diferidos	20.4	49	370.947	370.996	49	204.939	204.988
PIS e COFINS diferidos	20.4	-	175.444	175.444	-	132.548	132.548
Outros passivos não circulantes		182	-	182	-	-	-
Total do passivo não circulante		593.317	546.391	1.139.708	607.451	337.487	944.938
Patrimônio líquido							
Capital social		171.171	-	171.171	171.171	-	171.171
Reserva de incentivos fiscais		98.952	-	98.952	77.250	-	77.250
Reserva legal		34.233	-	34.233	29.334	-	29.334
Reserva de Lucros a Realizar		448.454	-	448.454	-	117.271	117.271
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	115.290	-	115.290
Reserva de Investimentos e Expansão		136.937	-	136.937	-	136.067	136.067
Proventos excedentes da contabilidade societária	20.5	(623.828)	623.828	-	(62.778)	62.778	-
Total do patrimônio líquido		265.919	623.828	889.747	330.267	316.116	646.383
Total do passivo e patrimônio líquido		926.236	1.177.955	2.104.191	1.006.875	658.901	1.665.776

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.  
Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do resultado

	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Receita / Ingresso							
Transmissão de energia		201.433	(201.433)	-	205.635	(205.635)	-
Receita de remuneração de ativo de contrato		-	671.478	671.478	-	209.975	209.975
Receita de construção		-	-	-	-	646	646
Receita de O&M		-	20.045	20.045	-	30.623	30.623
Outras receitas		(223)	-	(223)	-	-	-
	20.5	201.210	490.090	691.300	205.635	35.609	241.244
Tributos							
PIS-PASEP		(3.275)	(8.086)	(11.361)	(3.621)	5.837	2.216
Cofins		(14.260)	(37.246)	(51.506)	(16.677)	27.524	10.847
		(17.535)	(45.332)	(62.867)	(20.298)	33.361	13.063
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.820)	-	(1.820)	(1.986)	-	(1.986)
Taxa de fiscalização		(758)	-	(758)	(656)	-	(656)
		(2.578)	-	(2.578)	(2.642)	-	(2.642)
Receita líquida		181.097	444.758	625.855	182.695	68.970	251.665
Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"							
Custo de construção		-	-	-	-	(432)	(432)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		181.097	444.758	625.855	182.695	68.538	251.233
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e administradores		(6.997)	-	(6.997)	(6.609)	16	(6.593)
Material		(865)	-	(865)	(387)	242	(145)
Serviços de Terceiros		(8.461)	(827)	(9.288)	(8.458)	(7.020)	(15.478)
Arrendamentos e aluguéis		(158)	-	(158)	(23)	-	(23)
Depreciação e amortização		(29.812)	29.789	(23)	(30.040)	30.028	(12)
Outros		(4.089)	-	(4.089)	(398)	(211)	(609)
		(50.382)	28.962	(21.420)	(45.915)	23.055	(22.860)
Resultado da atividade	20.5	130.715	473.720	604.435	136.780	91.593	228.373
Resultado financeiro							
Receitas financeiras		16.266	-	16.266	11.968	-	11.968
Despesas financeiras		(51.856)	-	(51.856)	(55.171)	-	(55.171)
		(35.590)	-	(35.590)	(43.203)	-	(43.203)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		95.125	473.720	568.845	93.577	91.593	185.170
Despesas com impostos sobre o lucro							
Imposto de renda e contribuição Social		(27.177)	-	(27.177)	(26.974)	-	(26.974)
Imposto de renda e contribuição Social diferidos		-	(166.008)	(166.008)	-	(35.612)	(35.612)
Incentivos fiscais		21.702	-	21.702	21.555	-	21.555
		(5.475)	(166.008)	(171.483)	(5.419)	(35.612)	(41.031)
Lucro líquido	22	89.650	307.712	397.362	88.158	55.981	144.139

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade regulatória e societária:

### 20.1 Ativos de contrato

O ajuste de R\$ 1.990.738 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.500.648 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre a linha de ativo contratual regulatório e o societário é decorrente da não aplicação do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, na contabilidade regulatória.

De acordo com a legislação societária, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção), pois a Outorgada terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

### 20.2 Imobilizado

O ajuste de R\$ 787.661 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 814.296 em 31 de dezembro de 2024) identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos de contrato e intangível societários, decorre da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

### 20.3 Intangível

O ajuste de R\$ 25.122 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 27.523 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizados e indenizáveis de acordo com as determinações do ICPC01 (R1).

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias são considerados como intangíveis:

- os direitos de uso de software, que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de *softwares*, desvinculados de equipamentos tangíveis (*hardware*), e são amortizados linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software e;
- faixas de servidão, que referem-se a direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

#### 20.3.1 Depreciação e amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados às concessões são capitalizadas no ativo intangível e passam a ser amortizados, de acordo com a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1)/OCPC05 a partir do início da concessão.

## 20.4 Tributos diferidos

Os ajustes identificados entre os tributos diferidos da contabilidade regulatória e a societária, são decorrentes dos impostos de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 370.947 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 204.939 em 2024) e PIS/COFINS diferidos no valor de R\$ 184.144 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 138.810 em 2024), onde todos os efeitos são referentes a aplicação do CPC 47 e ICPC 01 (R1) eliminados nas demonstrações regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidas sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% da receita de construção e receita de remuneração. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Outorgada receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

## 20.5 Receitas e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício, são geradas em função da Outorgada não adotar na demonstração regulatória o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes do mesmo, que inclui receitas, custo de construção e imposto diferidos.

## 21. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Saldos conforme contabilidade societária	889.747	646.383
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de (ICPC 01) / CPC 47 (a)	<u>(623.828)</u>	<u>(316.116)</u>
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u>265.919</u>	<u>330.267</u>

- (a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

## 22. Conciliação do resultado societário e regulatório

	2025	2024
Saldos conforme contabilidade societária	397.362	144.139
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)/ CPC 47 (a)	<u>(307.712)</u>	<u>(55.981)</u>
Lucro / (prejuízo) do exercício – regulatório	89.650	88.158

- (a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

## 23. Demonstração dos fluxos de caixa

### 23.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as transações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ou seja, que não estão apresentadas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	3.708
Total	<u>3.708</u>

## 23.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2024	Fluxos de Caixa	Pagamento de juros*	Outros (**)	2025
Empréstimos e financiamentos	399.224	(29.286)	(27.004)	37.635	380.569
Debêntures	247.875	(5.299)	(12.394)	23.988	254.170
Dividendos	4.227	(154.517)	-	153.998	3.708
Total	<u>651.326</u>	<u>(189.102)</u>	<u>(39.398)</u>	<u>215.621</u>	<u>638.447</u>

(\*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(\*\*) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de juros e variações monetárias durante o exercício.

## 24. Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com o objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados, em 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Risco Operacional (i)	30/04/2025 a 30/04/2026	542.482
Responsabilidade Civil (i)	30/04/2025 a 30/04/2026	50.000
Directors and officers	28/07/2025 a 28/01/2027	50.000

(i) Estas apólices cobrem as coligadas que são controladas pela Verene S.A., sua controladora final.

\*\*\*

### Diretoria

José Cherem Pinto,  
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato,  
Diretora Financeira

Djamila Muniz de Carvalho  
Contadora  
CRC RJ 125.608/O